



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE  
CULTURA DO CENTRO

*A SPAA do CNC,  
Nomeio relativo o  
Senhor Arquitecto,  
José Fernando Canas*

*29 05 06*  
*PAULA ARAÚJO DA SILVA*  
*Directora-Geral*  
*C.S. 9339222*

**Assunto:** Propostas de eventual classificação como conjunto de interesse público (CIP) da "Zona Histórica de Alpedrinha", em Alpedrinha, freguesia de Alpedrinha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, de aplicação das restrições previstas no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro, e de delimitação da respetiva zona especial de proteção (ZEP).

**Requerente:**

**N.º Proc.º.** 16/05-04-06(II)

**Data** 2019.02.27

**Inf. nº** 405 - DRCC/2019

**Servidão Administrativa:**

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

*Convidado.*

*Proceder-se em conformidade.*

*[Assinatura]* 01.04.2019



**Nº Procº. 16/05-04-06(II)**

**Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019**

Tendo em consideração as propostas de eventual classificação como conjunto de interesse público (CIP) da "Zona Histórica de Alpedrinha", em Alpedrinha, freguesia de Alpedrinha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, de aplicação das restrições previstas no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro, e de delimitação da respetiva zona especial de proteção (ZEP), informa-se V. Exª. que:

- 1 – Por ofício nº 8017 de 2017.08.02 da Exª. Senhora Diretora-Geral do Património Cultural, o referido processo fora reenviado à Direção Regional de Cultura do Centro, para efeitos da consulta pública da abertura de novo procedimento de classificação, conforme despacho de 2017.04.19 da Exª. Senhora Diretora-Geral.
- 2 – Foi posteriormente publicado no *Diário da República* (Anúncio nº. 143/2017, *Diário da República*, 2.ª série, nº 159, de 18/08/2017).
- 3 - Mais era informado que, de acordo com o nº 5 do artigo 25º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro, o conjunto em causa se encontrava em vias de classificação, pelo que, quer o conjunto em vias de classificação, quer os bens imóveis localizados na zona geral de proteção, ficavam abrangidos pelas disposições legais em vigor.
- 4 - Nos termos do nº 1 do artigo 11º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro, a direção regional de cultura territorialmente competente divulga na sua página eletrónica a decisão de abertura do procedimento, pelo que era autorizado o estabelecimento da hiperligação à página eletrónica da DGPC.
- 5 – Visto que não foram apresentadas quaisquer observações no prazo legalmente estipulado, e que, pela nossa informação nº 165 – DRCC/2016 de 2016.03.16, relativa à proposta de abertura de novo procedimento de eventual classificação do conjunto em causa, fora já fundamentado tecnicamente o seu valor histórico,





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

artístico e arquitetónico, através de uma análise completa da situação, a nível da instrução processual, encontrava-se em falta a aplicação das restrições previstas no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro e a definição de uma proposta de delimitação de zona especial de proteção (ZEP).

6 – Efetivamente, conforme disposto no artigo 55º do referido decreto-lei, o conjunto ou sítio podem dispor de zona especial de proteção provisória e de zona especial de proteção, quando a respetiva fixação seja indispensável para assegurar o enquadramento arquitetónico, paisagístico e a integração urbana, bem como as perspetivas de contemplação.

7 - De acordo com os pontos 14 a 19 da referida informação nº 165 – DRCC/2016:

*“14 - Este percurso permitiu assim definir uma “Zona Histórica de Alpedrinha”, iniciada e centralizada na Rua de Santo António, em direção a **norte**, e prosseguindo pela Rua Dr. Jorge da Costa, Largo do Pelourinho, Largo José de Sousa, infletindo a **noroeste** pela Rua António José Salvado Moita, até à Rua Prof. João Mesquita Barbosa, incluindo, no extremo **norte**, as vias romanas, e prolongando-se para **oeste** em direção a sul, até à Rua Padre Augusto D. Ruivo e Rua do Outeiro, infletindo pela Calçada dos Britos e Rua de Santo António, até ao ponto de partida. Esta zona engloba o edificado envolvente das artérias referidas.*

*15 - Conquanto estejamos cientes do interesse de edificado localizado na zona **este** da Vila de Alpedrinha, ao longo da Rua Dr. Álvaro Gamboa, Rua da Misericórdia e Rua Deão Boavida e Rua Francisco Dias, onde se destacam outros imóveis de realce, como a Capela do Espírito Santo, no Largo do Espírito Santo, datável dos séculos XVII/XVIII, mas cuja primeira construção remonta ao século XIII, e que, como referimos, terá sido a primitiva Igreja Matriz de Alpedrinha, a Igreja e o Lar da Misericórdia de Alpedrinha, no Largo da Misericórdia, imponente construção tardo-barroca, cuja fachada principal apresenta um excelente portal, sobreposto de*



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

---

*frontão interrompido com nicho para escultura e remate borromínico, a Capela de Santo António, e a Capela do Anjo da Guarda, respetivamente no Terreiro de Santo António e no Recinto do Anjo da Guarda, trata-se de uma área onde a densidade de edifícios com valor patrimonial é muitíssimo menor, e que se afasta deste núcleo central, onde a predominância de património a relevar é grande.*

*16 – Quanto aos imóveis localizados fora desta “Zona Histórica”, como a Igreja da Misericórdia, parece-nos que seria de ponderar a eventual classificação individual de alguns destes, quer como monumentos de interesse público, particularmente o património de âmbito religioso, atendendo ao disposto no nº. 5 do artigo 94º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro, quer como monumentos de interesse municipal, classificação esta já da responsabilidade da Autarquia.*

*17 – Mais consideramos que deverão ser delimitadas as zonas especiais de proteção dos imóveis que já se encontram classificados, ou a classificar, ainda não fixadas, de forma a permitir, quer a sua salvaguarda, quer a da sua envolvente próxima.*

*18 – Mais se acresce ainda que, visto que a Câmara Municipal do Fundão já aprovou o projeto de Regulamento da Vila de Alpedrinha e da Aldeia Histórica de Castelo Novo, cujas cópias se anexam, a par com o “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha”, situações que envolvam a necessidade de salvaguarda patrimonial poderão ser futuramente controladas, e mesmo até alteradas, de forma a repor a integridade do edificado.*

*19 - No que respeita à área envolvente próxima em termos de paisagem, nomeadamente a da Serra da Gardunha, foi já publicado em Diário da República o Regulamento da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha, cujas cópias se anexam, refira-se que:*





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

---

*19.1 - Conforme a Convenção Europeia da Paisagem (2000), o papel da paisagem é essencial como fator de equilíbrio entre o património natural e cultural, refletindo assim uma identidade, tanto em zonas urbanas como rurais.*

*19.2 - Assim, à importância e representatividade do conjunto edificado, em termos histórico-arquitetónicos, é inerente o interesse da paisagem envolvente, pelo que se deve procurar a salvaguarda, conservação e manutenção dos seus aspetos mais característicos, harmonizando as transformações associadas à evolução social e económica, integrando os fatores da morfologia urbana e do enquadramento paisagístico portadores de relação de proximidade com os mesmos, de forma a protegê-los e contribuir para garantir a sua fruição visual."*

- 8 – Nesse sentido, considera-se que será de delimitar uma zona especial de proteção a abranger essencialmente a área urbana não englobada na "Zona Histórica de Alpedrinha", correspondente a uma zona tampão, o que, não obstante a crescente urbanização da zona, com construções mais recentes, permitirá ainda salvaguardar um património histórico e arquitetónico com interesse, tanto mais que esta zona é englobada pelo Regulamento da Câmara Municipal.
- 9 – A ZEP pode ser delimitada preferencialmente e paralelamente à instrução da proposta de classificação, no sentido de serem analisadas simultaneamente em reunião da Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA) do Conselho Nacional de Cultura (CNC), ou no prazo legalmente estabelecido (18 meses a contar da data da publicação da decisão final do procedimento de classificação, conforme o nº 4 do artigo 24º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro e o nº1 do artigo 42º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro).
- 10 – Quando tal não ocorre, deverá sê-lo quando possível, pois institui medidas de proteção para o enquadramento dos monumentos, conjuntos e sítios, que gradua a intervenção da administração do património cultural ao estritamente

**Nº Procº. 16/05-04-06(II)**

**Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019**

necessário, "como forma de minimizar as ameaças que representam os processos de transformação do território para a autenticidade, significado e integridade do património cultural"<sup>1</sup>.

- 11 - No domínio urbanístico, define as restrições consideradas adequadas em função da proteção e valorização dos bens imóveis classificados, aspetos relevantes no âmbito da intervenção da administração central na apreciação das operações urbanísticas<sup>2</sup>.
- 12 – No sentido da finalização processual, da aplicação das restrições previstas no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro e da delimitação de uma zona especial de proteção (ZEP), foi efetuada nova deslocação ao local em 2018.05.28, em que estiveram presentes os técnicos signatários, conforme combinado com a Senhora Arq.<sup>a</sup> Ana Cunha, Chefe de Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida, da Câmara Municipal do Fundão.
- 13 – Assim, no que concerne à proposta de classificação como conjunto de interesse público, reiterando a mencionada informação nº 165 – DRCC72016, bem como a informação nº 1232 – DRCC/2018, de 2018.12.28, no que concerne à resenha histórica do conjunto, informa-se que:
- 13.1 – A Vila de Alpedrinha, núcleo urbano sede da freguesia de Alpedrinha<sup>3</sup>, cujo orago é S. Martinho<sup>4</sup>, fica localizada a meia encosta da Serra da Gardunha, na

<sup>1</sup> LOPES, Flávio, *Património Arquitetónico e Arqueológico*, Ed. Caleidoscópio, Lisboa, 2012, página 86.

<sup>2</sup> "Orientações para a elaboração de propostas de ZEP de acordo com o Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro", página 2.

<sup>3</sup> Sobre Alpedrinha, vimos: *As mais belas Vilas e Aldeias de Portugal*, Texto de GIL, Júlio, Fotografia de CABRITA, Augusto, Editorial VERBO, Lisboa – São Paulo, 1984, páginas 150 e 151; AZEVEDO, José Correia de, *Inventário Artístico Ilustrado de Portugal, Vol. IV – Beiras*, Lisboa, 1992; CORTESÃO, Jaime, *Alpedrinha e as varandas da Gardunha*, Ed. do Jornal "Beira Baixa" e Gráfica de S. José, 1965; CUNHA, José Germano da, *Apontamentos para a História do Concelho do Fundão*, Lisboa, Typographia Minerva Central, 14, Largo do





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

vertente Sul, na zona designada por Cova da Beira, e pertence ao concelho do Fundão. Devido à sua beleza natural, reclinada numa encosta da serra, e ao seu património monumental, é apelidada de "Sintra da Beira".

13.2 – Trata-se de uma povoação antiquíssima, cuja ocupação remonta à época romana, como o demonstram as inscrições latinas e moedas romanas identificadas na localidade, bem como os vestígios de via romana<sup>5</sup>, cuja estruturação do povoado remonta à época romana, conquanto talvez de fundação pré-romana, tendo integrado pré-existências castrejas e cujo topónimo seria então *Petratinia*, sendo arredor da cidade romana de *Petrata*, situada a cerca de 3 km para o sul<sup>6</sup>. Efetivamente, foram encontradas sepulturas da época pré-romana nos arredores. Todavia, a organização da povoação como tal, teve origens medievais, de jurisdição de ordem religiosa militar, ligada à Ordem do Templo/Ordem de Cristo<sup>7</sup>.

---

Pelourinho, 17, 1892 - *Edição comemorativa do centenário da publicação deste livro*, Jornal do Fundão, Tip. do "Jornal do Fundão", Fundão, 1992; *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, "Alpedrinha", vol. 1, Ed. Verbo, Lisboa, 1975, páginas 1432 e 1433; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, "Alpedrinha", vol. II, Ed. Enciclopédia, Lda, Lisboa-Rio de Janeiro, página 117; MOTTA, António José Salvado, *Alpetrinienses ilustres*, Tipografia Particular e Curiosa, Alpedrinha, 1929; MOTTA, António José Salvado, *O pretenso Foral de Alpedrinha*, Alpedrinha, 1931; MOTTA, António José Salvado, *Monografia de Alpedrinha*, Alpedrinha, 1933; PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal, III – Beira, II – Beira Baixa e Beira Alta*, Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984; Leal, Pinho, e outros, *Portugal Antigo e Moderno ...*, "Alpedrinha", vol. I, Liv. Ed. Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1873, páginas 158 e 159; SILVA, Joaquim Candeias da, *O Concelho do Fundão através das Memórias Paroquiais de 1758*, Tip. do "Jornal do Fundão", Fundão, 1993; SILVA, Joaquim Candeias da, *Concelho do Fundão, História e Arte*, dois volumes, Ed. Câmara Municipal do Fundão, Fundão, 2002; *Tesouros Artísticos de Portugal*, "Alpedrinha", Ed. Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1988, páginas 84 e 85; MALAFAIA, E. B. de Ataíde, *Pelourinhos Portugueses – Tentâmen de Inventário Geral*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1997; MARCELO, M. Lopes, *Beira Baixa*, Ed. Presença, Lisboa, 1993; *Núcleo Urbano da Vila de Alpedrinha*, SIPA, IPA. 00020587, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

<sup>4</sup> Leal, Pinho, e outros, *Portugal Antigo e Moderno ...*, "Alpedrinha", ..., página 158; *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, "Alpedrinha", ..., página 1432.

<sup>5</sup> De Alpedrinha provem uma ara dedicada a Marte, duas inscrições funerárias, moedas, vestígios de estrada romana (Alarcão, J. - *Roman Portugal*, Volume II, gazeteer, 4/399. Warminster, 1988, página 71).

<sup>6</sup> *As mais belas Vilas e Aldeias de Portugal...*, página 150.

<sup>7</sup> *Núcleo Urbano da Vila de Alpedrinha*, SIPA, IPA. 00020587, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

13.3 – Em maio de 1202, foi atribuído foral a *Alpreada* por Pedro Guterri, sendo Alpeadra o nome da ribeira que atravessa a povoação de Castelo Novo, o que erradamente foi entendido como sendo o foral de Alpedrinha<sup>8</sup>.

13.4 - Em 1266, Alpedrinha, que pertencia então ao concelho de Castelo Novo, foi doada aos Templários pelos seus donatários, D. Diogo Lopes e sua mulher, D. Urraca Afonso, que terão sido ainda os responsáveis pela construção da igreja matriz primitiva, entre 1266 e 1301, que funcionou na Capela do Espírito Santo até à construção da atual. Com a extinção da Ordem do Templo e a criação da Ordem de Cristo por D. Dinis, em 1312, passará para esta última<sup>9</sup>, formando a Comenda de Alpedrinha e Castelo Novo.

13.5 – Foi como sede da Comenda da Ordem de Cristo que Alpedrinha se afirmou e organizou o núcleo medieval e quinhentista. Ainda durante o século XIV, por iniciativa da Ordem de Cristo, começaram a ser construídos, na parte alteia e junto da estrada, os edifícios mais representativos da entidade tutelar da povoação, como a Igreja Matriz, a Casa da Comenda e o Palácio do Picadeiro. A dinâmica introduzida nos séculos XV e XVI pelo Infante D. Henrique e o rei D. Manuel I, como administradores da Ordem de Cristo, contribui para o seu desenvolvimento, atraindo uma população ativa de serviçais, agricultores e mesteres, e ainda algumas famílias de judeus, devido ao movimento comercial nas zonas fronteiriças, que veio a ser aumentado com a expulsão dos judeus de Espanha, em 1492, e acolheu cristãos novos portugueses a partir de 1496, contribuindo grandemente para a dinamização da economia local.

13.6 – Neste período, destaca-se ainda a ação do Cardeal D. Jorge da Costa, o famoso *Cardeal de Alpedrinha*, natural desta freguesia, nascido em 1406<sup>10</sup>, bem como de seu irmão D. Martinho da Costa. Reforça-se então o papel de antigas famílias e promove-se a criação do Morgadio dos Senhores de Pancas (1495). Alpedrinha destacava-se no contexto regional, possuindo uma população letrada,

<sup>8</sup> NEVES (Mapone), Manuel Poças das, *Castelo Novo – Estudos para uma monografia*, Fundação, 1975; MOTTA, António José Salvado, "O pretense Foral de Alpedrinha", 1931. Alguns autores referem efetivamente que Alpedrinha teve foral de Pedro Guterri em 1202 (Cfr. Leal, Pinho, e outros, *Portugal Antigo e Moderno ...*, "Alpedrinha", ..., página 159).

<sup>9</sup> *Núcleo Urbano da Vila de Alpedrinha*, SIPA, IPA. 00020587, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

composta por membros do clero e das irmandades religiosas e ainda pelos funcionários ligados à administração dos bens da Comenda e às atividades de defesa, financeiras e da justiça, tuteladas pelo concelho e pelo rei, e a educação das elites estava a cargo da igreja, pelo que os seus moradores reclamavam a criação do concelho desde 1557.

13.7 - Entretanto, é elevada a vila e sede de concelho a 15 de maio de 1675, pelo príncipe regente D. Pedro, depois D. Pedro II, sendo que foi sede de concelho até 24 de outubro de 1855, altura em que foi extinto e integrado no concelho do Fundão<sup>11</sup>. Como concelho, era constituído pelas freguesias de Alpedrinha e Vale de Prazeres e tinha, em 1801, 1 703 habitantes.

13.8 - Alpedrinha foi alvo de brutais ataques pelos invasores franceses de Napoleão, que por diversas vezes a pilharam<sup>12</sup>, nomeadamente pelas tropas napoleónicas de *Loison* em 5 de julho de 1808, que profanaram a Igreja de Santa Maria Madalena, e fizeram várias vítimas entre a população. Após 1834, foram-lhe anexadas as freguesias de Atalaia do Campo, Castelo Novo, Lardosa, Orca, Póvoa de Atalaia e Soalheira.

13.9 - Assim, conquanto tenha mantido alguma vitalidade relacionada com a dinâmica das atividades económicas, novos serviços e práticas culturais, ainda durante a segunda metade do século XIX, e mesmo ainda no início do seguinte, a partir de 1950, o número de residentes tem vindo progressivamente a diminuir, pois as elites locais deslocaram-se para a sede do distrito e para a capital, fizeram-se sentir os efeitos da emigração dos anos 60 e 70 do século XX, este ciclo de dinâmica estagnou.

14 - Em termos de caracterização do aglomerado urbano, mais se refira que:

14.1 - Nesta povoação, estão patentes essencialmente as intervenções ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, a nível do riquíssimo património arquitetónico que a

<sup>10</sup> Leal, Pinho, e outros, *Portugal Antigo e Moderno ...*, "Alpedrinha", ..., página 159.

<sup>11</sup> *Núcleo Urbano da Vila de Alpedrinha*, SIPA, IPA. 00020587, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

<sup>12</sup> *As mais belas Vilas e Aldeias de Portugal...*, página 150.



**Nº Procº. 16/05-04-06(II)**

**Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019**

constitui. Encontram-se, todavia, apenas classificados, a Capela do Leão, incluindo o seu recheio, em conjunto com a Fonte Monumental/Chafariz de D. João V, e o Pelourinho de Alpedrinha, todos como Imóvel de Interesse Público/monumento de interesse público. O Centro de Interpretação das Rotas da Transumância/antigo Palácio do Picadeiro, e as vias romanas de Alpedrinha, encontram-se em vias de classificação.

14.2 - No agregado habitacional, surgem inúmeros edifícios construídos em granito, com uma volumetria de dois ou três pisos, onde predomina a arquitetura tradicional vernacular, com ou sem reboco, e vestígios da época manuelina, nomeadamente, janelas e vãos, a par de casas apalaçadas, com escadarias e balcões em granito, cunhais, cimalhas, brasões, de interessante conceção arquitetónica e investimento decorativo.

14.3 - Assim, por um lado surgem construções de piso térreo e andar sobradado, habitualmente de pedra à vista e sem uso de argamassa, ou, casas mais estreitas e altas de três pisos, sendo o último piso de tabique, onde se regista uma varanda coberta por beiral saliente, de diversos tipos<sup>13</sup>. A caixilharia utilizada é essencialmente a de tipo guilhotina e a de janelas de duas folhas com portadas interiores, janelas e portas de duas folhas com bandeira, sendo bastante utilizada a janela de peitoril, enquanto que a janela de sacada foi pouco utilizada até aos séculos XVIII e XIX

14.4 - Por outro lado, destacam-se edifícios como a Casa da Câmara, sede dos Paços do Concelho desde 1680, data da sua construção, a Casa da Comenda e o edifício designado por Casa do Cardeal de Alpedrinha, do século XVII, bem como ainda a Casa e Capela do Menino Deus e a Casa do Pátio (antigo Solar dos Brito), esta com ampliações no XVIII, o Palácio do Picadeiro, construído nos finais do século XVIII, talvez sobre um edifício que fora residência da Companhia de Jesus, ou o Solar dos Pancas/Casa das Senhoras Mendes, já no XIX. Outros ainda se

<sup>13</sup> Encontram-se beirados simples, de descarga direta e que utilizam apenas as primeiras fiadas de telhas caneiras e cobertas como elemento saliente, e beirados com sub-beira, com sub-beira dupla, à portuguesa, com cornija e com cimalha. Todavia, a maioria dos edifícios dos séculos XVI e XVII, sem significativas alterações, apresenta beirado sustentado por uma fiada de telhas de canudo ou cimalha de alvenaria.





**Nº Procº. 16/05-04-06(II)**

**Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019**

distinguem, como a Casa da Família Caldeira ou o edifício da Escola Primária, de interessante arquitetura<sup>14</sup>. Registam-se ainda diversas fontes, fontanários e chafarizes com interesse.

14.5 - A nível do património de âmbito religioso, realça-se, construída nos finais do século XV, inícios do XVI, a capela dedicada a Santa Catarina, instituída por D. Martinho da Costa, irmão de D. Jorge da Costa, e, na mesma altura, em 1501, a construção da primitiva Igreja da Misericórdia. Em meados do século XVI é reconstruída a Igreja Paroquial, cuja construção se prolongará pelos XVIII e XIX, e, já do século XVII, destacam-se, a Capela de São Sebastião, localizada perto do Centro de Interpretação das Rotas da Transumância/antigo Palácio do Picadeiro, que possivelmente pertenceria ao convento da Companhia de Jesus, e a Capela do Anjo da Guarda. Do século XVII/XVIII, a Capela do Espírito Santo, que terá sido a primitiva Igreja Matriz de Alpedrinha, e cuja construção inicial remonta ao século XIII, do XVIII, a Capela de Nossa Senhora da Oliveira, de reduzidas dimensões e planta central, e, do XIX, a Igreja da Misericórdia, e a Capela de Santo António<sup>15</sup>.

14.6 – Existem três núcleos museológicos a salientar, designadamente: o Museu de Arte Sacra da Paróquia de Alpedrinha, que funciona na Igreja Matriz de Alpedrinha e apresenta um conjunto de objetos de arte sacra de várias épocas, o Museu Etnográfico da Liga dos Amigos de Alpedrinha, instalado nos antigos Paços do Concelho e que ilustra o passado dos alpetrinienses, e o Museu dos Embutidos da Casa António Santos Pinto, atualmente propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha, onde se encontram trabalhos de marcenaria na área dos embutidos. Salienta-se ainda o Teatro Clube de Alpedrinha, que teve por antepassado o primeiro teatro do Distrito de Castelo Branco, a “Casa da Ópera” também conhecida por “Teatro do Calvário”, fundada por iniciativa do alpetriniense Teodósio Cerveira Alves de Sousa em 1839. Mais tarde, em 1893, foi então fundado o atual Teatro Clube, inaugurado em 1894, requalificado entre 2007 e 2012.

14.7 - Por outro lado, surge paralelamente edificado que, não obstante apresente algum relevo a nível urbano, foi alvo de intervenções muito discutíveis em termos

<sup>14</sup> SIPA, IPA., [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

<sup>15</sup> SIPA, IPA., [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

**Nº Procº. 16/05-04-06(II)**

**Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019**

patrimoniais. Ressalta-se a introdução de elementos dissonantes (alteração da volumetria dos edifícios com aumento da cércea, utilização de caixilharias desadequadas, como o alumínio natural ou termolacado, de cor branco, castanho ou verde, errada colocação de aparelhos de ar condicionado nas fachadas, cantaria com refechamento das juntas em cimento pintado...).

14.8 - Pontualmente, existem também situações de edifícios cujo estado de ruína avançou substancialmente, e que ainda não foram alvo de intervenções de recuperação.

15 - Estas questões justificam o facto do procedimento anterior ter sido arquivado, pois fora considerado que o conjunto urbano na sua globalidade já não reunia os valores patrimoniais inerentes a uma classificação de valor nacional. Efetivamente:

15.1 - Como a vila de Alpedrinha tem vindo a crescer intensamente a nível urbano, atingindo zonas outrora limítrofes, a anterior proposta de abertura de procedimento incidia sobre uma extensa área, tornando-se efetivamente difícil definir um "centro histórico", coerente e homogéneo, com uma unidade patrimonial que permitisse definir uma área histórica dessa natureza, que se enquadrasse nos critérios atuais de classificação de bens imóveis, e que permitisse ponderar uma eventual classificação nos moldes anteriormente propostos.

15.2 - Em contrapartida, a "Zona Histórica" agora em vias de classificação, corresponde a uma área de menor dimensão, que enquadra o património relevante da Vila de Alpedrinha, quer o património classificado, quer o em vias de classificação, quer ainda o restante, ou seja, não apenas o património com interesse histórico, arquitetónico e artístico propriamente dito, mas toda uma área já sujeita a transformações e evoluções urbanas, que mantém, contudo, relevo e importância em termos patrimoniais.

15.3 - Esta hipótese seria devidamente acompanhada de todo o esforço já efetuado pela Câmara Municipal do Fundão, a que esta Autarquia pretende dar continuidade, conforme já referido, de acordo com o "Programa Estratégico de





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha", sendo estabelecido um conjunto de critérios com o intuito de promover a qualidade das intervenções no edificado, de modo a paulatinamente vir a "sanar" todas as "feridas" relacionadas com a descaraterização deste edificado que surge no seio do património aqui existente.

15.4 - Na verdade, conquanto a "Zona Histórica de Alpedrinha" não seja inteiramente coincidente com os da proposta do "Centro Histórico de Alpedrinha", enviada pela Câmara Municipal, visto terem sido deixadas de fora áreas já não diretamente relacionadas com o edificado de maior valor patrimonial, muitos edifícios foram já alvo de intervenções de recuperação e reabilitação, sendo notória a diferenciação pela positiva nas recuperações efetuadas, sobretudo naquelas que o foram mais recentemente, visto que, longo dos anos, se têm vindo a desenvolver novas metodologias de intervenção. Por outro lado, têm sido promovidas pela Câmara Municipal novas soluções estratégicas de apoios e incentivos à recuperação e reabilitação, e dinamizados incentivos de natureza fiscal.

15.5 - Assim, de forma geral, e conforme registado em fotografias anexas, estas ações de reabilitação têm respeitado os valores patrimoniais em presença, procurando garantir a proteção e valorização do património cultural, assegurando a integração funcional e a diversidade económica e sociocultural no tecido urbano, desenvolvendo novas soluções de acesso e criação de acessibilidades, e fomentando a adoção de critérios de eficiência energética.

16 - Desta forma, e atendendo ao percurso efetuado na anterior deslocação ao local em 2016.01.29, no sentido de delimitar a "Zona Histórica de Alpedrinha", conjunto agora em vias de classificação, conforme registado nas fotografias em anexo, tem-se:

16.1 – Partindo da **Rua de Santo António** em direção a **norte**, regista-se na frente **este** a pequena **Capela da Senhora da Oliveira**, e, na frente **oeste**, no **Largo Padre José Carvalho Santiago**, o secular edifício da **Escola Primária (Fotos 1 a 3 - 2016)**. Na **Capela da Senhora da Oliveira**, construída no século XVIII



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

(encontrava-se em construção em 1747)<sup>16</sup>, de reduzidas dimensões e planta centralizada, realça-se, na fachada, limitada por cunhais apilastrados, o portal de volta perfeita com moldura de cantaria com impostas salientes, e que possui no interior um retábulo em talha dourada e policromada, da época joanina. No edifício da **Escola Primária**, são de referir a qualidade das cantarias dos vãos, os gradeamentos das janelas de sacada, as pilastras e a cornija continuada, que rematam a fachada principal.

16.2 - Paralelamente, existem nesta zona (**Rua de Santo António, Rua da Fontainha**) diversos exemplares de edificado construído em granito, que mantém alguns dos elementos pré-existent, conquanto com a introdução de alguns elementos dissonantes (entre outros, caleiras, fenestração, rebocos, cimbalhas, juntas refechadas em cimento) a par com outras construções sem qualquer interesse arquitetónico (**Fotos a a n (2) - 2016**). escadaria central; na fachada principal, limitada por pilastras, destacam-se as janelas de sacada e de guilhotina com molduras de cantaria, do segundo piso, sendo que a central possui esculpida a data de 1859, relativa à construção do edifício. Em 1963, foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha<sup>17</sup>.

16.3 – Na **Rua de Santo António**, fazendo gaveto com a **Rua Dr. Jorge da Costa**, salienta-se o **Solar dos Pancas**, que tem anexa a **Capela de Santa Catarina ou do Leão**, seguida da designada por **Fonte do Leão (Fotos 4 a 6 - 2016)**. A referida capela data dos finais do século XV ou inícios do XVI<sup>18</sup>, e conserva as características de uma arquitetura tardo-gótica, já de pendor renascentista. O pórtico, possivelmente obra do escultor renascentista Nicolau Chanterenne, apresenta-se em arco pleno com moldura almofadada, ladeado por duas colunas em parte estriadas e capitéis fantasiados, e é ornamentado na arquivolta por dois medalhões representando S. Pedro e S. Paulo. A fachada ostenta o brasão de D. Jorge da Costa. No interior, destaca-se, na capela-mor, o retábulo maneirista com tábuas

<sup>16</sup> SIPA, IPA.00009288, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>17</sup> SIPA, IPA.00007842, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>18</sup> SIPA, IPA.00003926, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt); *Tesouros Artísticos de Portugal*, "Alpedrinha", ..., páginas 84 e 85.





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

pintadas (c. 1550), do anónimo designado por Mestre de Alpedrinha<sup>19</sup>. O chafariz, possui no espaldar, um desenho de um leão em alto relevo, com uma bica. Quanto ao **Solar dos Pancas**, também designado por Casa das Senhoras Mendes<sup>20</sup>, é representativo da arquitetura residencial oitocentista. Apresenta uma planta em L, de três pisos, definidos por friso com soco, e estrutura-se em torno da escadaria central; na fachada principal, limitada por pilastras, destacam-se as janelas de sacada e de guilhotina com molduras de cantaria, do segundo piso, sendo que a central possui esculpida a data de 1859, relativa à construção do edifício. Em 1963, foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha<sup>21</sup>. Segue-se, ao lado direito da Fonte do Leão, uma casa já intervencionada (**Fotos 7 e 8 - 2016**), que apresenta manifesto interesse a nível patrimonial, destacando-se a tipologia dos cunhais que rematam o edifício, as vergas das portas e das janelas, os gradeamentos dos varandins, em que foi utilizada uma política de intervenção criteriosa.

16.4 - Infletindo a oeste pela **Rua D. Jorge da Costa** e prosseguindo pela **Rua António Vaz Mendes** e **Travessa Cónego Fazenda**, bem como a este, na **Rua Prof. M. Marques**, mantém-se a mesma tipologia construtiva, que alterna entre o edificado de carácter mais erudito e que se singulariza no aglomerado, destacando-se algumas casas solarengas com interesse, representativas da arquitetura residencial de raiz manuelina, mas onde foram detetados, por exemplo, pormenores de fenestração a corrigir (**Fotos o (2) - 2016**), a par de casas correntes mas com portais e molduras de cantaria biseladas ou chanfradas, de lintel elaborado (**Fotos q a s**), onde mais uma vez se regista a introdução de elementos dissonantes (caleiras, fenestração, rebocos, cimalthas, cérceas, entre outros), igualmente a corrigir.

<sup>19</sup> SIPA, IPA.00003926, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>20</sup> SIPA, IPA.00007842, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>21</sup> SIPA, IPA.00007842, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

16.5 - No **Largo do Pelourinho**, salientam-se o **Pelourinho** e o edifício dos antigos **Paços do Concelho (Fotos 9 (2) e 10 - 2016)**. Quanto ao **Pelourinho**<sup>22</sup>, de base quadrada e de uma só pedra, chanfrada, assenta numa plataforma de três degraus. O fuste, octogonal, termina num capitel jónico, sobre o qual assenta o corpo prismático, em cujas quatro faces se pode ver o escudo das quinas, uma inscrição em latim, a esfera armilar e uma legenda "A N 1675". O conjunto é encimado por uma pirâmide quadrangular coroada por uma esfera, e um ferro que se assemelha a um galo estilizado, donde parte uma grimpá de ferro forjado. Destaca-se ainda a **Casa da Câmara**, antigo edifício dos Paços do Concelho, construído em 1680, cuja fachada em granito, com lintéis retos do mesmo material, apresenta amplas varandas salientes com grades de ferro, e um escudo com as armas nacionais datado exatamente de 1680. A extinção do concelho originou a desativação do imóvel, que teve obras de restauro para adaptações a novas funções em 1972/73<sup>23</sup>.

16.6 - Prosseguindo em direção a **norte** até ao **Largo José de Sousa**, junto à **Travessa Cónego Fazenda** e à **Rua António José Salvado Moita**, surge a **Igreja Matriz, Paroquial de Alpedrinha**, dedicada a São Martinho Bispo, e a **Casa do Cardeal de Alpedrinha (Fotos 12 (3) e 13 - 2016)**. A igreja, cuja fundação remonta à época medieval, séculos XII/XIII, funcionando então na Capela do Espírito Santo, foi reconstruída no século XVI, o que lhe conferiu a atual estrutura, e sofreu alterações nos séculos XVIII e XIX<sup>24</sup>. Na fachada principal, apresenta um corpo central mais baixo flanqueado por duas sineiras, onde se realça o portal de volta perfeita com impostas salientes e emoldurado por pilastras encimadas por friso decorado e frontão triangular. No interior, cujas naves são divididas em quatro arcos apoiados em pilares de granito, destaca-se o retábulo-mor, pintado de branco e com decoração em dourado, com tribuna central e trono, ladeado de colunas coríntias e rematado por frontão interrompido, com espaldar com resplendor e *Agnus Dei*. Registam-se também o arco triunfal, os retábulos colaterais e laterais, o

<sup>22</sup> MALAFAIA, E. B. de Ataíde, *Pelourinhos Portugueses – Tentâmen de Inventário Geral*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1997, página 87.

<sup>23</sup> SIPA, IPA.00002512, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

púlpito, o coro-alto e o guarda-vento de madeira. Quanto à casa conhecida por **Casa do Cardeal de Alpedrinha**<sup>25</sup>, é um edifício que se integra na arquitetura residencial seiscentista. Com dois pisos, divididos por cornija simples, onde se destacam, na fachada principal, duas janelas de sacada, no superior, a central encimada com o escudo do proprietário, Diogo Furtado da Costa, Vigário Geral e Provisor do Crato, que teve honras de arcebispo<sup>26</sup>, apresenta cantaria aparente de aparelho almofadado, rematada por beiral e cornija.

16.7 – Ainda nesta zona, na **Rua António José Salvado Moita**, salienta-se pela positiva, um imóvel já intervencionado, designado numa pequena placa ao lado direito da porta de entrada por “Casa Rústica” (**Foto 11 - 2016**).

16.8 – Prosseguindo em direção a norte pela **Rua da Igreja**, destaca-se a **Casa da Família Caldeira**, e, na **Rua do Chafariz de D. João V**, a **Casa e Capela do Menino Deus**(**Fotos 14 (2) e 15 (2) - 2016**). A primeira apresenta uma interessante fachada principal, limitada por pilastras, com três pisos definidos por dois frisos com soco, onde se destacam as janelas de sacada com molduras de cantaria, dos pisos superiores. A designada por **Casa e Capela do Menino Deus**, datável dos século XVI, é um exemplar da arquitetura residencial manuelina e maneirista. Trata-se de uma casa senhorial com capela privada, esta última, de caráter mais erudito, edificada em 1681 por D. António da Cunha, para aí ser sepultado. Na fachada da capela, destaca-se o portal de verga reta, limitado por pilastras encimadas por friso, onde está inscrita a data mencionada, e rematada por frontão triangular interrompido, em cujo tímpano se encontra um brasão de armas, de Diogo Furtado da Costa, Vigário Geral e Provisor do Crato, que teve honras de arcebispo<sup>27</sup>.

16.9 – Continuando em direção a noroeste, pela **Rua Prof. João Mesquita Barbosa**, destaca-se, no **Largo D. João V**, o **Chafariz Monumental**, ou **Chafariz de D. João V** (**Fotos 16 (2)**), construído no século XVIII, por provisão de D. João V.

<sup>24</sup> SIPA, IPA.00002512, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>25</sup> É tradicionalmente aceite que esta casa foi fundada por D. Jorge da Costa, cardeal de Alpedrinha.

<sup>26</sup> SIPA, IPA.00002512, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>27</sup> SIPA, IPA.00009289, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt); MOTTA, António José Salvado, *Monografia de Alpedrinha*, Alpedrinha, 1933.





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

Custeado com o rendimento das sisas, é da autoria do arquiteto Valentim da Costa Castelo Branco (1714), capitão engenheiro da Província da Beira e natural de Alpedrinha<sup>28</sup>, e insere-se na arquitetura barroca. De planta trapezoidal, destaca-se pelas suas dimensões e composição do período barroco. Apresenta uma escadaria central em U, com quatro lanços convergentes, e estrutura-se em dois níveis escalonados: o inferior, apresenta um tanque retangular; o superior, antecedido por um espaço murado, com acesso por escadaria central, apresenta fonte central, de três faces, adossada a um muro com remate em cornija e jarrões laterais e delimitada por pilastras, que integra três bicas em forma de florão, com uma inscrição e remate sustentando escudo e coroa real de grandes dimensões.

16.10 – Segue-se o atual **Centro de Interpretação das Rotas da Transumância, o antigo Palácio do Picadeiro (Fotos 17)**, alvo de obras de recuperação a salientar, que funciona como centro interpretativo e espaço museológico. Trata-se de um palacete de planta retangular, antecedido por um grande pátio murado, com um magnífico portão, que apresenta dois pisos e fachada principal simétrica, de três panos divididos por pilastras, sendo o central rematado por um frontão contracurvado, sobreposto de brasão de armas, representativo da arquitetura residencial da época barroca e com um trabalho notável de cantaria. Terá sido construído nos finais do século XVIII, mandado edificar por Francisco Lopes Sarafana Correia da Silva, sobre uma construção anterior, residência da Companhia de Jesus, sendo a obra dirigida pelo mestre pedreiro Carlos Caetano Correia de Castro. Visto que, no século XIX, a família abandonou o imóvel instalando a sua residência em Castelo Novo, este edifício teve inúmeras ocupações até ser adquirido pela Câmara Municipal do Fundão<sup>29</sup>. Ressalta-se aqui a intervenção realizada pela Autarquia, referente à colocação recente de um passadiço em grelha metálica, com corrimão do mesmo tipo, que permitiu ultrapassar as dificuldades de acesso da calçada romana aqui existente, visto tratar-se de uma zona íngreme, que respeita inteiramente a qualidade do edificado pré-existente (**Foto 18 (2) - 2016**).

<sup>28</sup> SIPA, IPA.00009933, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt); Leal, Pinho, e outros, *Portugal Antigo e Moderno ...*, "Alpedrinha", ..., página159; MOTTA, António José Salvado, *Monografia de Alpedrinha*, Alpedrinha, 1933.





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

16.11 - Imediatamente a **norte**, na continuação das **vias romanas**, fica a **Capela de São Sebastião (Fotos 21 e 22 - 2016)**, cuja data provável de edificação, pelos padres da Companhia de Jesus, será o século XVII, sendo posteriormente alvo de obras, visto que ficou muito danificada pelo terramoto de 1755<sup>30</sup>. Trata-se de um pequeno templo de uma só nave e capela-mor, antecidida por um alpendre, com teto de madeira em masseira suportado por quatro colunas graníticas e estrutura em ferro, cuja fachada principal apresenta empena baixa com portal em arco de volta perfeita. No interior, apresenta teto em madeira em masseira na nave e falsa abóbada de berço em madeira na capela-mor. Destacam-se o retábulo de talha dourada e policromada, já da segunda metade do século XVIII, e o púlpito circular, com guarda, suportado por coluna em granito e com acesso por degraus do mesmo material

16.12 – Ainda na **Rua Prof. João Mesquita Barbosa**, e no Largo D. João V, em direção a **sudeste**, na frente **este**, salientam-se mais um imóvel em cantaria, com alguma imponência, já recuperado, bem como um lavadouro público (**Fotos 19 e 20 - 2016**), que, conquanto já tenha sofrido alguma descaraterização pela introdução de materiais pouco compatíveis com a sua tipologia, mantém ainda elementos de relevo, como as asnas de sustentação da cobertura, e os tanques. Prosseguindo na mesma direção, ainda na frente **este**, surge um outro caso de um imóvel de tipologia tradicional que necessita urgentemente de obras de recuperação, cujos critérios de intervenção deverão atender ao valores patrimoniais aqui presentes, bem como edificado já intervencionado mas com elementos dissonantes (**Fotos t a v - 2016**).

16.13 – Continuando, em direção a **sudoeste**, **pela Rua do Calvário e Rua Prof. Augusto D. Ruivo**, na frente **oeste**, destacamos o edificado com cantaria em granito, entre o qual, sobretudo a **Casa da Comenda (Fotos 23 (2) e 24 (2) - 2016)**, envolvida por extenso muro com guaritas, que remete para o que poderá ter sido

<sup>29</sup> SIPA, IPA.00002466, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>30</sup> SIPA, IPA.00010040, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt); SILVA, Joaquim Candeias da, *O Concelho do Fundão através das Memórias Paroquiais de 1758*, Tip. do "Jornal do Fundão", Fundão, 1993.



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

uma fortaleza feudal. Trata-se de um edifício da época barroca, construído em 1685<sup>31</sup>, de excelente cantaria, que apresenta planta retangular e dois pisos, destacando-se, na fachada principal, um portal com moldura de cantaria e três janelas, no rés-do-chão, e quatro janelas de sacada, de peitoril, no superior. Pertenceu a D. João de Mascarenhas, III Conde do Sabugal, e passou em 1685 para D. Luiz de Ataíde, VIII Conde de Atouguia, que casou com a filha do primeiro<sup>32</sup>.

16.14 - Prosseguindo em direção a **sul** pela **Rua António Vaz**, onde se mantém a mesma tipologia do edificado, e pela **Rua do Outeiro**, atinge-se a **Casa do Pátio**, antigo **Solar dos Brito (Fotos 25 (2) e 26 (2) - 2016)**. Trata-se de um exemplar de arquitetura residencial que se integra no que foi designado por "casa comprida", exemplar pouco vulgar nesta região, e que resultou do facto do solar, construído no século XVII, ter sofrido uma ampliação no século XVIII, para sul, mas mantendo total coerência arquitetónica. Apresenta três pisos, definidos por frisos, sendo a fachada principal dividida em três panos, com o central encimado por um frontão triangular que interrompe a linha da cornija, encimado por fogaréu e em cujo tímpano se abre uma janela de sacada. No rés-do-chão, para além da porta, no bloco central, apresenta frestas de bom tamanho, enquanto que, no primeiro piso, as janelas são de sacada, e, no segundo, de peitoril, sendo apenas a do pano central de sacada. Atualmente, o edifício encontra-se dividido em diversos apartamentos de habitação, resultado de obras ocorridas no século XX<sup>33</sup>.

16.15 – Infletindo a sudeste pela **Calçada dos Britos**, onde se salientam alguns imóveis com interesse arquitetónico, percebe-se que se trata, mais uma vez, de uma zona onde o edificado tem sido alvo de intervenções, umas mais condizentes, outras menos, com a tipologia arquitetónica presente nesta povoação (**Fotos w a z - 2016**).

16.16 - Este percurso define a "Zona Histórica de Alpedrinha", iniciada e centralizada na Rua de Santo António, em direção a **norte**, prosseguindo pela Rua Dr. Jorge da Costa, Largo do Pelourinho, Largo José de Sousa, infletindo a

<sup>31</sup> SIPA, IPA.00009291, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>32</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, "Alpedrinha", ..., página 117.

<sup>33</sup> SIPA, IPA.00009290, [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

**noroeste** pela Rua António José Salvado Moita, até à Rua Prof. João Mesquita Barbosa, incluindo, no extremo **norte**, as vias romanas, e prolongando-se para **oeste** em direção a sul, até à Rua Padre Augusto D. Ruivo e Rua do Outeiro, infletindo pela Calçada dos Britos e Rua de Santo António, até ao ponto de partida. Esta zona engloba o edificado envolvente das artérias referidas.

17 – Se tivermos em conta os elementos essenciais para a fundamentação de um processo de classificação de um bem imóvel/conjunto, neste caso, nomeadamente os critérios gerais – de carácter histórico-cultural, de carácter estético-social e de carácter técnico-científico, e os critérios complementares – de integridade, autenticidade e de exemplaridade, não obstante a existência das situações mencionadas, bem como de intervenções discutíveis em termos patrimoniais, e/ou da introdução de elementos dissonantes conquanto passíveis de serem corrigidos, o que tem vindo paulatinamente a acontecer, cremos que o conjunto do edificado da “Zona Histórica de Alpedrinha” mantém características necessárias e suficientes que apontam para uma classificação de âmbito nacional, respeitando os critérios determinados.

18 - Em conclusão, face à sua importância a nível histórico, arquitetónico e artístico, considera-se passível de vir a ser classificada como **conjunto de interesse público (CIP)**.

19 – Desta forma, torna-se necessário definir as **restrições previstas no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro**, pelo que, após recolha de informação, análise e interpretação do território/lugar e proposta de atuação, considera-se ser de fixar as seguintes **restrições**:

- a) Graduação das restrições, nomeadamente, quanto à volumetria, morfologia, alinhamentos e cérceas, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios;



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

Atendendo à tipologia urbana do conjunto, considerou-se ser estabelecer as apenas um zonamento, com as seguintes restrições específicas, a nível da arquitetura:

**Zona 1 (correspondente à área de sensibilidade arqueológica A)**

Relativamente à graduação das restrições, nesta área, no que concerne às preexistências, deverão manter-se as características formais que a definem, designadamente a nível da volumetria, morfologia e cêrceas, vãos, bem como dos revestimentos exteriores. Deverá ser respeitada a linguagem arquitetónica original dos edifícios e muros urbanos, características físicas, natureza e cor dos materiais do revestimento exterior. Só mediante adequada justificação técnica, será admitida a alteração cromática ou a introdução de materiais ou técnicas construtivas distintas das existentes/originais, desde que em contexto de reabilitação/recuperação/reforço estrutural.

Excetuam-se os casos previstos no artigo 49º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro.

- b) Áreas de sensibilidade arqueológica com a graduação das restrições, nomeadamente quanto ao tipo de procedimento de salvaguarda, de caráter preventivo;

Relativamente ao conjunto em vias de classificação, atendendo à sua antiguidade e importância patrimonial, considera-se que deverá ser definida apenas uma área de sensibilidade arqueológica, propondo-se como medidas de salvaguarda de caráter gradativo as seguintes restrições:

**Zona A**

Tendo em conta a existência de vestígios arqueológicos nesta área, designadamente um troço de via romana (CNS 556), qualquer tipo de obra que implique revolvimento do solo terá de ser previamente sujeita a sondagens



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

arqueológicas de diagnóstico ou escavação. O resultado da intervenção arqueológica será objeto de parecer vinculativo da DRCC/DGPC.

Esse parecer poderá obrigar à introdução de alterações ao(s) projeto(s) proposto(s) para o local, de modo a ser possível preservar *in situ* ou preservar e musealizar eventuais estruturas arqueológicasostas a descoberto.

c) Bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que:

i) Devem ser preservados integralmente;

Devem ser conservadas na íntegra as características artísticas, arquitetónicas e paisagísticas fundamentais do património edificado e cultural na zona definida.

ii) Podem ser objeto de obras de alteração;

Serão admitidas intervenções que assegurem a preservação de todos os elementos constituintes do projeto original, através de obras de conservação/beneficiação, mantendo a traça arquitetónica e/ou paisagística, os materiais e as respetivas técnicas, devendo, sempre que seja oportuno, corrigir eventuais intervenções que tenham contribuído para a redução da sua autenticidade/descaracterização, e, excecionalmente, aquelas que pela sua adequabilidade, funcionalidade ou reconhecido valor artístico, garantam uma correta participação de correntes conceptuais contemporâneas.

iii) Em circunstâncias excecionais, podem ser demolidos;

As construções já obsoletas e outras construções manifestamente dissonantes, nas condições impostas pelo artigo 49º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro.

iv) Podem suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento;

**Nº Procº.** 16/05-04-06(II)

**Parecer/ Inf. nº** 405 - DRCC/2019

Não se aplica, atendendo ao despacho de 2015.03.19 do Exº. Senhor Diretor-Geral do Património Cultural, exarado na informação nº. 2/DGPC/GJ/2015, de 2015.01.20.

v) Se encontram sujeitos ao regime de obras ou intervenções previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

Os imóveis integrantes do conjunto estão sujeitos ao regime de obras ou intervenções previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

d) As regras de publicidade exterior.

No que respeita às regras de publicidade exterior, aplica-se o previsto nos artigos 41º e 51º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro.

20 – Quanto à delimitação da ZEP, a proposta de delimitação de ZEP, baseou-se, de forma genérica, nos seguintes critérios:

- avaliação, no local, de todos os elementos e fatores portadores de relação/implicação direta ou indireta, atual ou futura, no imóvel a proteger (malha edificada, arruamentos, morfologia do terreno, enquadramentos paisagísticos, enfiamentos visuais, vias circundantes, cursos de água);
- inclusão da envolvente edificada confrontante com o imóvel em vias de classificação, essencial à preservação e valorização da morfologia urbana;
- adaptação e integração ponderada da linha definidora do polígono assim resultante, a limites facilmente reconhecíveis e identificáveis, no local e nos registos cartográficos disponíveis, das casas, pátios, logradouros e/ou extremas, evitando interceções casuísticas sobre estas unidades;
- inclusão de construções próximas e parcelas a elas associadas, com identificável participação em características de possível reconhecimento patrimonial do ambiente em que se enquadra o imóvel em vias de classificação;





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

- valores culturais associados e relações materiais, históricas e socioeconómicas mantidas entre o bem imóvel e a respetiva envolvente;
  - inclusão de superfícies/terrenos, próximos e expectantes de futuro tratamento, suscetíveis de acolhimento, com maior ou menor grau, de permeabilidade a operações urbanísticas transformadoras, e cuja integridade se revela essencial na qualidade e autenticidade paisagística;
  - ponderação final da dimensão e enquadramento da área assim resultante, segundo critérios de razoabilidade face aos valores patrimoniais em defesa.
- 21 – A maior ou menor extensão da ZEP depende da conjugação destas caraterísticas com a escala própria de cada local, tendo então em conta a bacia visual, superfície a partir da qual um ponto ou conjunto de pontos é visível, e reciprocamente, a superfície visível a partir de um ponto ou conjunto de pontos, atendendo, quer à escala do imóvel/conjunto, quer ao seu enquadramento urbanístico e paisagístico.
- 22 - A metodologia utilizada na delimitação agora proposta, foi referenciada aos pontos cardeais, e apoiada pelos registos fotográficos devidamente legendados, imagem do Google e planta. No caso das áreas urbanas, procurou-se ainda seguir os limites dos lotes pelo lado interno, deixando a rua livre, ou pela delimitação externa do lote, no caso em que se considerou fundamental para a referida delimitação que a rua/estrada seja incluída, com uma visualização em planta dos limites cadastrais das parcelas incluídas.
- 23 - Procurou-se também, de forma coerente, evitar o corte do edificado ou de terrenos expectantes, integrando os logradouros definidos em planta, terrenos e/ou quarteirões cuja estrutura é uniforme e indivisível, e seguindo os limites físicos normalmente utilizados, geográficos e outros, como ruas, estradas, curvas de nível, muros de delimitação de propriedade, cumeeiras, taludes, etc.



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

24 – Finalmente, procurou-se ainda abranger os espaços verdes relevantes para a defesa do contexto da envolvente de forma a assegurar o seu enquadramento paisagístico bem como as perspetivas da sua contemplação e fruição.

25 - Assim, e atendendo ao percurso efetuado, conforme os registos fotográficos efetuados na deslocação efetuada em 2018.05.28, no sentido da delimitação de uma proposta de ZEP, informa-se que:

25.1 - A **sul**, a delimitação da ZEP prossegue em direção a **norte** incluindo toda a frente **este** da Rua Boa Deão, concretamente as áreas do Terreiro e da Capela de Santo António, bem como a Capela do Espírito Santo (**Fotos 1 a 5 – 2018**), e englobando toda uma zona que corresponde a uma área “tampão” no que concerne à salvaguarda do edificado em vias de classificação, que possui elementos de interesse a nível artístico e arqueológico.

25.2 – Efetivamente, trata-se de uma área que apresenta estreitas relações de proximidade com o conjunto em vias de classificação, e tem interferência direta com a sua bacia visual.

25.3 – A delimitação prossegue em direção a **norte** pela EM 1079, abrangendo o edificado da frente **oeste** da mesma (**Fotos 6 a 9 - 2018**), infletindo de seguida a **oeste** pela Rua das Adeias, sempre abrangendo o edificado da frente **oeste** desta última, e continuando por uma calçada até atingir a Rua Dr. Álvaro Gamboa (**Fotos 10 a 13 – 2018**).

25.4 – Ficam assim englobadas a frente **oeste** e **este** da Rua Dr. Álvaro Gamboa, até ao cruzamento com a dita calçada vinda da Rua das Adeias, que inclui edificado como a Igreja da Misericórdia e o Largo da Misericórdia (**Fotos 14 e 15 – 2018**), e depois apenas a frente **oeste**, onde se realça o edifício do Teatro, prosseguindo por taludes (**Fotos 16 a 19 – 2018**), até atingir a zona onde se localiza a Via Romana de Alpedrinha.

25.5 – A **sudoeste**, outra área sensível em termos patrimoniais, a proposta de delimitação da ZEP prossegue em direção a **norte** essencialmente por





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

caminhos rurais e calçadas íngremes, cujo desnível é vencido por lanços de escadaria, englobando o edificado da frente este do Bairro do Outeiro (**Fotos 20 a 24 - 2018**), e continuando junto ao Túnel da Gardunha pelo limite do talude da autoestrada A23 (**Fotos 25 e 26 - 2018**), até "fechar" a norte, junto à Via Romana de Alpedrinha<sup>34</sup>.

25.6 - No que concerne à zona de proteção das estradas, refira-se que, conforme estipulado na edição digital da DGOTDU acerca das "Servidões e restrições de utilidade pública", de setembro de 2011, a área de Zonas de servidão *non aedificandi*, relativa às zonas de proteção das estradas, varia, dependendo tratar-se de uma IP, IC, EN, ER, EN125 ou de autoestradas. Nestes termos, as zonas de proteção decorrentes da servidão patrimonial sobrepõem-se parcialmente às áreas georreferenciadas de proteção das estradas.

26 – cremos que fica assim preservada toda uma área com estreitas relações de proximidade com o conjunto em vias de classificação, de forma a evitar o surgimento de volumetrias e/ou linguagens arquitetónicas descontextualizadas, e de estabelecer, em qualquer circunstância, uma proteção eficaz ao mesmo, evitando o surgimento de intervenções com impacto negativo, não apenas atendendo às suas características arquitetónicas e artísticas, mas também pela importância da sua integração na paisagem urbana envolvente.

27 - Toda esta área e edificado incluído na mesma, quer pelas estreitas relações de proximidade que apresentam com o conjunto em vias de classificação, quer devido à interferência direta com a sua bacia visual, deverão ser salvaguardados de forma a permitir que, por um lado, em contexto arqueológico, possa ser acautelada a eventualidade de presença de elementos e/ou leituras, em tempo oportuno.

---

<sup>34</sup> Refira-se que não se prossegue a ZEP proposta para esta área atendendo à existência do

Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

28 - Julgamos que a proposta de delimitação de ZEP agora apresentada, permite salvaguardar e proteger o conjunto em vias de classificação, não apenas atendendo às suas características arquitetónicas e artísticas, mas também pela importância da sua integração no contexto espacial, sendo que consideramos que se assegura deste modo o seu enquadramento urbano e paisagístico e as suas perspetivas da contemplação.

29 – De forma a que seja possível visualizar mais claramente o percurso agora proposto, anexou-se ao processo imagem do Google com a delimitação proposta.

30 – Considerando todas as componentes biofísicas e antrópicas da paisagem – transformações próprias (internas) e por mão do homem – mais se considera que a ZEP delimitada tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem em vias de classificação, sendo que não se justifica estabelecer qualquer zona *non aedificandi*, atendendo ao carácter da área em que se localiza.

31 - Atendendo à topografia existente na envolvente, mais se considera que, conquanto toda a área inserida na limitação da ZEP a propor tenha relação direta sobre o conjunto em questão, existem zonas de diferentes tipologias arquitetónicas e/ou paisagísticas, pelo que se entende que deverão existir **duas zonas** de condicionantes para o polígono proposto.

**Zona 1 (correspondente à área de sensibilidade arqueológica A)**

**Zona 2 (correspondente à área de sensibilidade arqueológica B)**

---

Túnel da Gardunha e da A/23.





REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

32 – Paralelamente, considera-se toda a zona definida como área com sensibilidade arqueológica, que deverá ter de ser objeto de trabalhos arqueológicos prévios à execução de qualquer tipo de intervenção com impacto no subsolo ou no edificado, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, a que correspondem então também **duas áreas de sensibilidade arqueológica** distinta:

#### **Zona A**

Coincide com a área sul este e nordeste da ZEP, abrangendo toda a frente este da Rua Deão Gamboa, concretamente as áreas do Terreiro e da Capela de Santo António, a Capela do Espírito Santo, a Rua da Misericórdia e a Rua Dr. Álvaro Gamboa, que inclui edificado como a Igreja da Misericórdia e o Largo da Misericórdia, englobando zona urbana consolidada que corresponde a uma área "tampão" no que concerne à salvaguarda do edificado em vias de classificação, que possui elementos de interesse a nível artístico e arqueológico.

#### **Zona B – Restante área da ZEP**

Corresponde à área norte e poente da ZEP, caracterizada por malha urbana menos densa e caminhos rurais e calçadas íngremes vencendo o declive acentuado do terreno.

33 - Após recolha de informação, análise e interpretação do território/lugar e proposta de atuação, considera-se de aplicar regras específicas, **nos termos das alíneas do n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro**, sendo fixadas as seguintes restrições:

- a) Conforme justificado no ponto 30, não foram estabelecidas zonas *non aedificandi*;



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

b) No que respeita à salvaguarda do património arqueológico, verificando-se que na área da ZEP foram identificados contextos arqueológicos e tendo em conta o elevado interesse e sensibilidade arqueológica desta zona, propõe-se a constituição de duas áreas de sensibilidade arqueológica com medidas de salvaguarda de carácter gradativo, comportando as seguintes restrições:

- **Zona A**

Tendo em conta a existência de vestígios arqueológicos nesta área<sup>35</sup>, qualquer tipo de obra que implique revolvimento do solo terá de ser previamente sujeita a sondagens arqueológicas de diagnóstico ou escavação. O resultado da intervenção arqueológica será objeto de parecer vinculativo da DRCC/DGPC. Esse parecer poderá obrigar à introdução de alterações ao(s) projeto(s) proposto(s) para o local, de modo a ser possível preservar *in situ* ou preservar e musealizar eventuais estruturas arqueológicas postas a descoberto.

- **Zona B – Restante área da ZEP**

As intrusões no subsolo, nomeadamente os trabalhos que envolvam transformação, revolvimento ou remoção do mesmo, bem como na eventual demolição ou modificação de construção, deverão ser objeto de acompanhamento arqueológico presencial e contínuo, da responsabilidade de um arqueólogo previamente autorizado pelo organismo tutelar do Património Cultural competente para o efeito. O surgimento de vestígios arqueológicos poderá implicar a realização de sondagens ou escavações arqueológicas.

c) Bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que:

---

<sup>35</sup> Refira-se que no edifício da Ruas das Laranjeiras, 3 (Largo do Rossio) foram identificadas estruturas arqueológicas em trabalhos realizados em 2012 pela arqueóloga Dra. Carla Ribeiro (processo n.º DRCB/2008/05-04/16/ NTTA/21, C.S. 107434).





REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

- j) Podem ser objeto de obras de alteração nomeadamente quanto à morfologia, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios;

### **Zona 1**

Relativamente à graduação das restrições, esta área deverá manter as características formais que a definem, designadamente a nível da volumetria, morfologia, alinhamentos e cérceas, bem como dos revestimentos exteriores ou do arranjo urbanístico. Sempre que possível deverá ser respeitada a linguagem arquitetónica original dos edifícios, características físicas, natureza e cor dos materiais do revestimento exterior.

Só mediante adequada justificação técnica, será admitida a alteração cromática ou a introdução de materiais ou técnicas construtivas distintas das existentes/originais, desde que em contexto de reabilitação/recuperação/reforço estrutural/reprogramação.

Excetuam-se os casos de manifesta descaraterização/dissonância arquitetónica.

As cérceas dominantes deverão obedecer a um número máximo de três pisos.

Não será fator constitutivo de direitos a eventual existência de edifício na malha consolidada que por si só se encontre desenquadrado, ou se constituía como dissonante.

Em qualquer intervenção a praticar na área delimitada, serão consentidas ampliações quando devidamente fundamentadas e tenham enquadramento com a envolvente próxima e não afetem diretamente a contemplação do imóvel em vias de classificação. As novas intervenções deverão assumir uma adequada inserção no conjunto edificado, nas diferentes vertentes (volumétrica, plástica, formal e funcional), não devendo colidir com a fruição e/ou contemplação do bem imóvel em vias de classificação.



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

Só é permitida alteração de vãos em casos comprovados de dissonância ou de insalubridade.

## **Zona 2**

Relativamente à graduação das restrições, nesta área, no que concerne às preexistências, deverão manter-se as características formais que a definem, designadamente a nível da linguagem arquitetónica original dos edifícios e muros urbanos, características físicas, natureza e cor dos materiais do revestimento exterior. Só mediante adequada justificação técnica, será admitida a alteração cromática ou a introdução de materiais ou técnicas construtivas distintas das existentes/originais, desde que em contexto de reabilitação/recuperação/reforço estrutural.

No que respeita à eventualidade de novas construções, poderão ser equacionadas quando devidamente fundamentadas e que tenham enquadramento com a envolvente próxima. As novas intervenções deverão assumir uma adequada inserção no conjunto edificado, nas diferentes vertentes (volumétrica, plástica, formal e funcional), não devendo colidir com a fruição e/ou contemplação do bem classificado.

Excetuam-se os casos previstos no artigo 49º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro.

ii) Devem ser preservados;

## **Zona 1**

Nas construções de valor patrimonial relevante deve assegurar-se a preservação de todos os elementos constituintes do projeto original, através de obras de conservação/beneficiação, mantendo a traça arquitetónica e/ou paisagística, os materiais e as respetivas técnicas, devendo, sempre que seja





Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

oportuno, corrigir eventuais intervenções que tenham contribuído para a redução da sua autenticidade/descaracterização.

Não deverá ser admitida a destruição, alteração ou transladação de pormenores considerados notáveis, nomeadamente gradeamentos, ferragens, cantarias ou elementos escultóricos e decorativos, brasões ou quaisquer outros, de manifesta qualidade e que integrem a composição das fachadas.

#### **Zona 2**

Aplica-se o disposto no artigo 43º da Lei nº. 107/2001, de 8 de Setembro.

- iii) Em circunstâncias excecionais, podem ser demolidos;

#### **Zonas 1 e 2**

Apenas deverão ser permitidas demolições totais de edifícios que reconhecidamente não apresentem valor histórico e arquitetónico, e se considerem dissonantes no conjunto da malha urbana existente. Esta demolição só poderá ocorrer após vistoria de órgão competente e com a aprovação de um projeto para o local.

- iv) Podem suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento;

Não se aplica, atendendo ao despacho de 2015.03.19 do Exº. Senhor Diretor-Geral do Património Cultural, exarado na informação nº. 2/DGPC/GJ/2015, de 2015.01.20.

- d) Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens imóveis ou grupo de bens imóveis;



Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

O município deverá zelar pelo cumprimento do dever de conservação, atento o disposto no Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas atualizações, conjugado com o artigo 46º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro.

e) As regras genéricas de publicidade exterior.

Os elementos publicitários, mobiliário urbano, ecopontos, esplanadas, sinalética, equipamentos de ventilação e exaustão, antenas de radiocomunicações, coletores solares, não deverão ser colocados de modo a comprometer a salvaguarda do bem classificado e da sua envolvente, nem deverão interferir na sua leitura e contemplação ou prejudicar os revestimentos originais ou com interesse relevante, devendo ser aferidos caso a caso, podendo-se exigir a apresentação de estudos (fotomontagens e/ou outros meios de visualização da sua integração no local), com recurso a soluções mais adequadas ao contexto em referência.

34 – Relativamente ao cumprimento da alínea b) do nº. 2 do artigo 51º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro, referente a operações urbanísticas que não carecem de parecer prévio favorável da tutela do património cultural, considera-se que, pode a Câmara Municipal ou qual outra entidade, conceder licenças para as seguintes intervenções urbanísticas na área da ZEP:

#### **Zonas 1 e 2**

34.1 - Manutenção e reparação do exterior dos edifícios, relativamente a fachadas e coberturas (sem substituição da respetiva estrutura), tais como pintura, sem alteração cromática, ou substituição de materiais degradados, sem alteração da natureza dos mesmos.





REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

34.2 - Eliminação de construções espúrias ou precárias em logradouros ou nos edifícios principais cuja demolição não tenha impacto no subsolo.

34.3 - Que cumpram escrupulosamente as restrições fixadas.

35 – Conforme despacho de concordância de 2019.02.04 da Exª Senhora Diretora Regional, antes de submeter as propostas de eventual classificação como conjunto de interesse público (CIP) da "Zona Histórica de Alpedrinha", em Alpedrinha, freguesia de Alpedrinha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, de aplicação das restrições previstas no nº. 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro e de delimitação da respetiva zona especial de proteção (ZEP), com as respetivas restrições, a parecer da Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA) do Conselho Nacional de Cultura (CNC), foi considerado ser de enviar cópias das plantas com a proposta em causa e da informação justificativa da mesma, à Câmara Municipal do Fundão, de forma a que este município se pronunciasse acerca das referidas restrições, bem como da proposta de delimitação da ZEP, atendendo ao nº. 2 do artigo 41.º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro.

36 – Pelo ofício nº 273, saída 1326351 de 2019.02.07, desta Direção Regional, foram solicitadas a apreciação e pronúncia da referida Câmara Municipal acerca das propostas apresentadas, atendendo ao previsto no nº 1 do artigo 54º e no nº 2 do artigo 41º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro.

37 – Pelo ofício com o registo nº 1458 de 2019.02.21 do Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão, foi informado que "relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e após analisada toda a informação técnica e atendendo ao nº 1 do artigo 54º e ao nº 2 do artigo 41º do decreto-lei nº. 309/2009, de 23 de Outubro, nada há a opor ao prosseguimento da classificação, aplicação das restrições previstas e fixação da ZEP."



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Nº Procº. 16/05-04-06(II)

Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019

38 - Face ao exposto, e caso assim seja considerado superiormente, parece-nos ser de propor à Exª. Senhora Diretora-Geral do Património Cultural submeter a parecer da Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA) do Conselho Nacional de Cultura (CNC), **as propostas de eventual classificação como conjunto de interesse público (CIP) da "Zona Histórica de Alpedrinha", de aplicação das restrições previstas no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro, e de delimitação da respetiva zona especial de proteção (ZEP), com as restrições fixadas nos termos das alíneas do nº 1 do artigo 43º do Decreto-Lei nº. 309/2009, de 23 de outubro, conforme planta anexa.**

39 - Caso superiormente se concorde com o teor da presente informação, junto se anexa o ofício a remeter os referidos elementos à Exª Senhora Diretora-Geral do Património Cultural.

À consideração superior,

Antero Carvalho, Diretor de Serviços de Bens Culturais/Arquiteto

Isabel Policarpo, Técnica Superior/Mestre em História da Arte

Carlos Banha, Técnico Superior/Arqueólogo





REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**Nº Procº. 16/05-04-06(II)**

**Parecer/ Inf. nº 405 - DRCC/2019**

---

Anexos: plantas  
ofício

IP-CB-AC

# Zona Histórica de Alpedrinha

Alpedrinha  
Freguesia de Alpedrinha  
Concelho do Fundão

Conjunto de interesse público (CIP)  
Área de sensibilidade arqueológica (ASA):  
- Zona A

Zona especial de proteção (ZEP)  
Áreas de sensibilidade arqueológica (ASA):  
- Zona A - Zona B

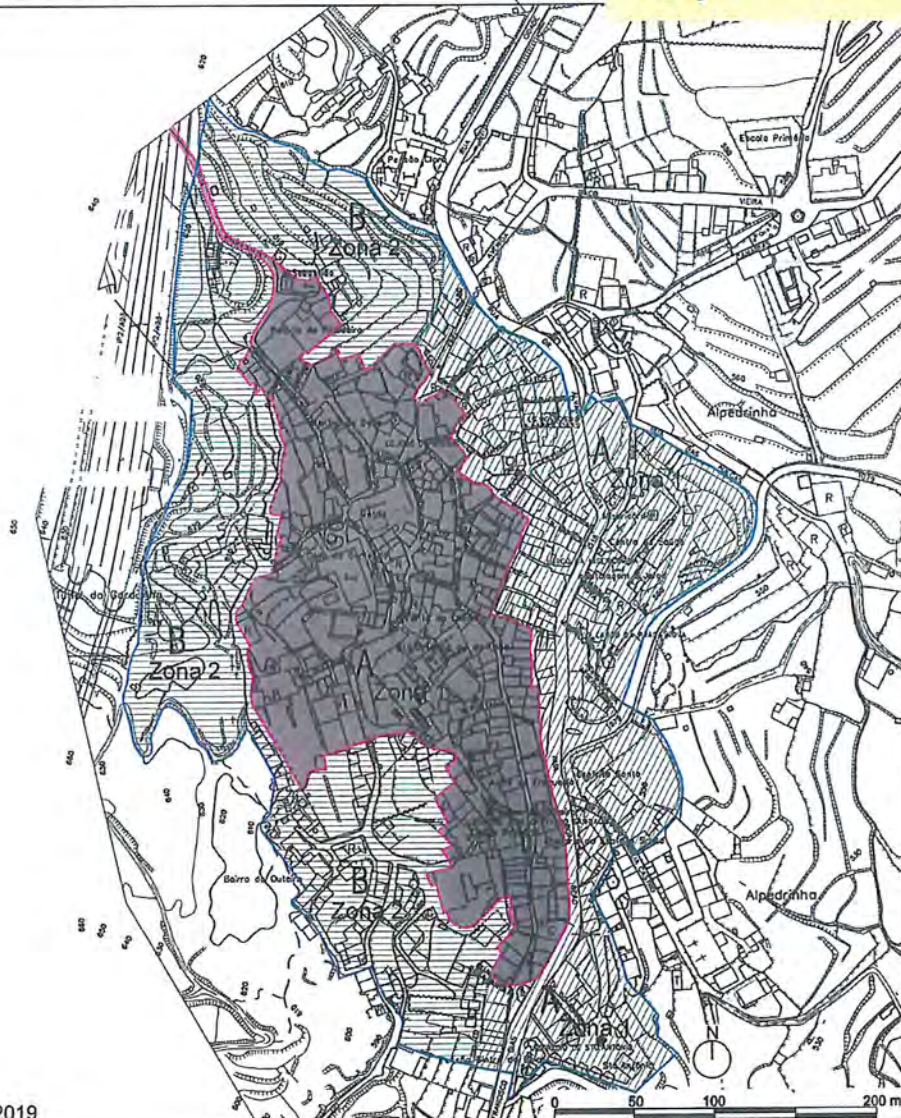
Zonamentos:  
- Zona 1

Zonamentos:  
- Zona 1 - Zona

Quando for  
para a Comissão  
Pública, poder  
as alterações no CIP.

ASA - se não há Zona  
B, também não há A

Emenda - se não há  
Zona 2, também não  
há Zona 1. fma





## Zona Histórica de Alpedrinha

Alpedrinha

Freguesia de Alpedrinha

Concelho do Fundão

- Conjunto de interesse público (CIP)  
Área de sensibilidade arqueológica (ASA):  
■ - Zona A
- Zona especial de proteção (ZEP)  
Áreas de sensibilidade arqueológica (ASA):  
▨ - Zona A   ▤ - Zona B

Zonamentos:

● - Zona 1

Zonamentos:

▨ - Zona 1   ▤ - Zona 2

